

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA – COFISPREV DO ANO 2025.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, através de videoconferência pelo google.meet, às quatorze horas e dez minutos, teve início a décima oitava reunião extraordinária do Conselho Fiscal da Amapá Previdência – COFISPREV, conjunta com o Comitê de Investimentos – CIAP. A reunião foi presidida pelo senhor Jocildo Silva Lemos – Coordenador do CIAP, que saudou os Conselheiros e demais presentes. Com a palavra à secretária, senhora Josilene de Souza Rodrigues, efetuou a leitura do **ITEM 01– Edital de Convocação** número vinte e oito, o qual convocou os Conselheiros para fazerem-se presentes nesta sessão. **Verificação de quórum.** Foram chamados nominalmente os Conselheiros na seguinte ordem: **Narson de Sá Galeno (Titular), Jorge Emanuel Amanajás Cardoso (Titular), Alberto Samuel Alcolumbre Tobelem (Titular), Marcos Garbe (Titular), Helielson do Amaral Machado (Titular), Elionai Dias da Paixão (Titular), Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro (Titular), Jurandil dos Santos Juarez (Titular).** Não houve **Justificativa de ausência.** Registrado ainda, a presença dos demais membros do Comitê de Investimentos – CIAP: Alexandre Monteiro, Jackson Rubens, Milton Gonçalves, Gláucio Bezerra, e Francisca Cruz – Secretária do CIAP. **ITEM 02 –** Apresentação da Política Anual de Investimentos da AMPREV – exercício 2025, bem como tratar de outras questões correlatas (Comitê de Investimentos da Amapá Previdência - CIAP). **O Coordenador do CIAP, Jocildo Lemos, destacou** que a presente reunião atende à solicitação encaminhada por meio do Ofício nº 098/2025 – COFISPREV, cujo objetivo é apresentar a Política Anual de Investimentos do RPPS do Estado do Amapá para o exercício de 2025, bem como tratar de assuntos correlatos. Nesse sentido, informou ter solicitado à secretária o encaminhamento e a disponibilização antecipada do teor da referida política de investimentos ao colegiado. Ressaltou que a política foi aprovada em reunião do Conselho Estadual de Previdência, realizada em 23 de dezembro de 2024, e cuja Resolução foi publicada no Diário Oficial em 26 de dezembro do mesmo ano, entrando em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. Mencionou que o envio teve por finalidade dar conhecimento a todos os membros do COFISPREV acerca do documento. Quanto à dinâmica da reunião, propôs que, considerando que todos já tiveram acesso à política, poderiam optar entre revisá-la brevemente ou, caso houvesse observações, comentários ou dúvidas sobre pontos específicos, tratá-los de forma direcionada, o que tornaria a reunião mais produtiva. Informou ainda que, no âmbito do CIAP, serão iniciadas na próxima semana visitas técnicas às instituições onde há produtos e investimentos. A partir dessas visitas e da análise do cenário nacional e internacional, será iniciada a elaboração da Política de Investimentos para o exercício de 2026, que, da mesma forma, deverá ser aprovada inicialmente pelo CIAP e, posteriormente, submetida à deliberação do Conselho Estadual de Previdência. Por fim, indagou aos presentes se poderiam proceder conforme proposto. Reforçou que a política foi devidamente disponibilizada e, em sua avaliação, não havia necessidade de leitura integral do documento, a menos que houvesse alguma consideração. Caso surgissem questionamentos ou observações por parte do Conselho Fiscal da Amapá Previdência, poderiam, enquanto comitê, analisá-los e responder de forma conjunta. **O Presidente, Narson Galeno, cumprimentou** a todos e prestou homenagem aos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Investimentos e pelo Conselho Estadual de Previdência. Destacou que recebeu a Política de Investimentos, a qual foi compartilhada no grupo de trabalho do COFISPREV. Ressaltou que, em razão da significativa mudança na composição do Conselho Fiscal, esta reunião é de grande importância para que os novos membros possam adquirir uma compreensão clara sobre a referida política, considerando que, futuramente, caberá ao Conselho Fiscal analisar processos relacionados aos investimentos. **O Conselheiro Elionai destacou** a pertinência da pauta, em especial no que tange à renovação. Solicitou ao CIAP que fosse apresentada uma abordagem comparativa detalhando a execução da Política de Investimentos de 2025 em relação ao que foi praticado até setembro de 2025. O pedido incluiu, ainda, esclarecimentos sobre eventuais mudanças ou revisões no curso da execução, as respectivas justificativas, bem como a exposição do planejamento e da projeção para o



encerramento do exercício nos últimos três meses do ano. **O Coordenador Jocildo Lemos iniciou** afirmando que a Política de Investimentos de 2025 está sendo integralmente atendida dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.963. Esclareceu que a política foi elaborada com base na certificação do Pró-Gestão Nível III, o que permitiu a adoção de limites específicos para diversos segmentos. O Coordenador informou que as alterações e limites estão resumidos em tabela, mencionando a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária, item seis. Ele citou os segmentos contemplados, renda fixa, renda variável, investimento no exterior, investimentos estruturados, fundos imobiliários e empréstimo consignado, ressaltando que, embora alguns, como o consignado, não tenham sido realizados, os demais investimentos feitos no ano seguem o que foi aprovado na política. Em seguida, passou a palavra aos Conselheiros Gláucio e Milton para complementação. **O Conselheiro Gláucio Bezerra saudou** os presentes e destacou o importante trabalho do Conselho Fiscal. Ressaltou que a gestão dos recursos da carteira de investimentos exige atenção não somente no aspecto técnico das alocações, mas também nas formalidades que devem ser cumpridas, o que é fundamental para a prestação de contas. Explicou que a Política de Investimentos serve como orientador durante o exercício financeiro, e não é uma estrutura rígida. Destacou que os percentuais e limites são referenciais utilizados pelo Comitê de Investimentos para balizar as decisões, visando a diversificação da carteira e os objetivos de rentabilidade projetados. Detalhou que todas as alocações do Comitê de Investimentos buscam diversificação e rentabilidade, acrescidas de um componente de segurança. Para isso, são avaliados os riscos das operações, crédito, mercado, regulatório, legal e de imagem, por meio de procedimentos específicos, sendo um deles o credenciamento obrigatório de todas as instituições financeiras e profissionais que prestam serviços ou assessoram o RPPS. Afirmou que todos os investimentos, incluindo os gestores, administradores e distribuidores na carteira, passaram pelo procedimento de credenciamento. **O Conselheiro Milton Gonçalves abordou** a questão da formalidade e conformidade regulatória. Confirmou que a Política de Investimentos cumpriu todo o trâmite interno e foi devidamente encaminhada à Secretaria de Previdência (SPREV). Afirmou, com base em consulta aberta, que tanto a Política quanto o demonstrativo de acompanhamento da execução mensal encontram-se "regulares" junto à SPREV, atestando o cumprimento total das normas vigentes. **O Conselheiro Helielson**, destacando-se como novato, **ressaltou** a incumbência do Conselho Fiscal de atestar a conformidade dos demonstrativos de investimento com a Política e as normas. Motivados por essa responsabilidade, os novos conselheiros solicitaram o contato com o CIAP. O Conselheiro apresentou dois questionamentos principais ao Comitê: Escolha de Instituições e Risco de Imagem: Solicitou esclarecimentos sobre o processo de escolha e seleção das instituições onde são aportados os valores, mencionando o caso do Banco Master e o fato de que a repercussão na mídia tem gerado risco de imagem para a instituição. E sobre o empréstimo Consignado: Questionou o motivo pelo qual o investimento em empréstimo consignado, embora previsto na Política de Investimentos, não foi executado na prática. O Conselheiro concluiu que estes esclarecimentos são essenciais para o trabalho do Conselho Fiscal. **O Coordenador Jocildo Lemos respondeu** aos questionamentos, afirmando que a AMPREV não busca o mercado, mas sim recebe pedidos de credenciamento de instituições, submetendo-as a análise, visita *in loco* e todas as diligências do Comitê. Sobre o Caso Banco Master: Afirmou que as contratações de Letras Financeiras realizadas em junho e julho de 2024, junto a outros bancos, ocorreram quando as instituições estavam "absolutamente elegíveis". Relatou que, após ruídos de mercado, assunto Caixa Econômica Federal, o Comitê suspendeu o segundo investimento e enviou técnicos a São Paulo para realizar diligência *in loco*. O relatório subsequente atestou a conformidade, permitindo que a terceira aquisição fosse feita por unanimidade. Esclareceu que, para mitigar riscos, foram solicitados e estão sendo recebidos bônus semestrais, pagos em dezembro/2024 e julho/2025. Mencionou que foram realizadas consultas ao Banco Central e reuniões ampliadas para total transparência. Para demonstrar a solidez da gestão, informou que a rentabilidade consolidada nos oito primeiros meses de 2025 já atingiu R\$ 818 milhões, superando a rentabilidade total de 2024 (R\$ 636 milhões), com expectativa de alcançar a



marca de R\$ 1 bilhão ao final do exercício. **O Conselheiro Alexandre Monteiro iniciou** a fala atestando, com segurança, que a carteira de investimentos da AMPREV está integralmente enquadrada nos limites normativos e nos limites de exposição estabelecidos pela política de investimento da entidade, a qual define os alvos a serem alcançados. Exemplificou que, embora fosse possível a aplicação de 100% em Títulos Públicos Federais, a política, aprovada pelo CEP, determina a diversificação dos recursos também em renda variável, renda fixa, investimento estruturado, enfim. Pontuou que toda a carteira está enquadrada na política e que qualquer alteração proposta pelo Comitê de Investimento é submetida à aprovação ou rejeição do CEP, por exemplo, em setembro, a proposta de exposição a fundo imobiliário foi remetida ao CEP, mas a discussão foi postergada após pedido de vista de um Conselheiro, também levantada a sugestão de que o assunto fosse debatido e incluído na política de investimento de 2026, evidenciando que o processo é conduzido de forma muito transparente. Acrescentou um adendo sobre a operação com o Banco Master, visando tranquilizar os presentes e desmistificar informações veiculadas, a deliberação não foi apressada "assoldada", tendo sido debatida à exaustão em quatro ou cinco reuniões do Comitê de Investimento. A decisão unânime foi buscar as maiores taxas e a pulverização entre instituições nesse tipo de produto em letras financeiras. Esclareceu que nenhum dos investimentos da AMPREV possui garantia do FGC, pois o ticket mínimo de investimento da entidade é de R\$ 30 milhões, superando o limite de cobertura. A aplicação no Banco Master foi contratada à taxa de IPCA mais 7.28%, superando a meta de rentabilidade da AMPREV, que era IPCA mais 5.44%, o Título Público Federal na época pagava cerca de IPCA mais 5.3%. O Banco Master propôs inicialmente vencimento em 10 anos, o Comitê de Investimento montou e aprovou uma contraproposta, reduzindo esse prazo para sete anos e negociando um cupom semestral, tal estruturação de operação foi implementada para diminuir significativamente o risco da operação, sendo um procedimento comum realizado com diversos outros bancos, Itaú, BTG, Bradesco, etc., na busca por melhores condições. Foi cumprido o dever de diligência de se cercar de todas as cautelas para o sucesso da operação. O contratado com o Banco Master vem sendo cumprido até o presente momento, e a operação é monitorada com frequência. Houve o envio de expedientes ao Banco Master e ao Banco Central para solicitar informações específicas. Lembrou que toda operação possui risco, sendo comum no mercado bancário a sucessão, fusão ou compra de instituições, citou o conglomerado Master, que também possui o Banco Voiter. Afirmou que, até o presente, não houve qualquer evento de crédito que indicasse prejuízo para a AMPREV, e que os órgãos de controle, Ministério Público e TCE, estão acompanhando o caso. O Ministério Público arquivou uma das operações, e o TCE está acompanhando. Concluiu, transmitindo tranquilidade e garantindo que os esclarecimentos serão prestados de forma transparente tanto nos colegiados internos quanto nos órgãos de controle externo. **O Conselheiro Milton Gonçalves complementou** os esclarecimentos, destacando que, no momento da tomada de decisão referente ao investimento no Banco Master, foram realizadas diversas verificações e diligências. Para certos tipos de investimento, a legislação exige que a instituição financeira conste na lista divulgada pela Secretaria de Previdência, conhecida como "lista exaustiva". Confirmou que o Banco Master constava nessa lista no momento da decisão e ainda consta na data da presente reunião. Concluiu que este fato constitui mais uma prova de que todo o procedimento de investimento foi realizado em total observância à legislação vigente à época e no momento atual. **O Conselheiro Jurandil cumprimentou** os presentes e apresentou um questionamento remissivo e duas perguntas de natureza especulativa, voltadas para a Política de Investimento de 2026. O Conselheiro questionou sobre um fato anormal ocorrido no final de 2024, referente ao desenquadramento do Fundo BB Previdenciário, renda fixa. O desenquadramento foi causado pela saída de outros cotistas, o que resultou a AMPREV ficar acima do limite de 5%. Esse tipo de evento é um fato comum no mercado, questionou se existem medidas preventivas para que tais eventos sejam tratados. Se o prazo de desenquadramento e liquidação, sendo D+30 para saque, devido ter se estendido de setembro a novembro, está dentro da rotina e dos prazos estabelecidos ou se pode haver uma previsão para um atendimento mais rápido. O Conselheiro apresentou um questionamento sobre as projeções de política econômica para



a elaboração da Política de Investimento de 2026, considerando que será um ano eleitoral, observou que as informações sobre a política econômica do governo projetam uma taxa de câmbio de R\$ 5,50, enquanto a taxa atual de mercado está na casa dos R\$ 5,20, com um aparente consenso de que o dólar não subirá tanto. Mencionou a indicação de que a Taxa SELIC irá baixar. Questionou como o Comitê de Investimento pretende considerar essas indicações macroeconômicas ao traçar a política de 2026, de forma a não "ir demais para um lado" ou para o outro. Solicitou esclarecimentos sobre como o Comitê de Investimento irá tratar os dois fundamentos essenciais da política econômica, taxa de juros e câmbio flutuante, ao fixar a política de investimento. **O Conselheiro Milton Gonçalves forneceu esclarecimentos** sobre o desenquadramento de fundos, existe previsão para esse tipo de acontecimento na legislação, sendo um fato que ocorre em alguns casos. O caso citado, provocado pela saída de cotistas externos, é denominado "desenquadramento passivo". As regras da Secretaria de Previdência estabelecem um prazo de 180 dias para que o RPPS possa tomar a decisão de reenquadramento, essa demora observada na tomada de decisão se justifica pela necessidade de o Comitê de Investimento analisar se o momento é o mais apropriado para tal ação, considerando o desempenho e a rentabilidade do fundo para evitar resgatar o valor durante uma desvalorização momentânea. A decisão é tomada dentro do período legal de 180 dias, no momento considerado mais favorável. **O Conselheiro Gláucio explicou que com relação à** segunda questão é altamente pertinente para o atual cenário econômico nacional. De um lado, a Selic apresenta uma perspectiva de fechamento da curva de juros, impulsionada principalmente por fatores domésticos, enquanto, de outro, o dólar vem se depreciando. Este é um movimento global, resultante da canalização de recursos que, tradicionalmente atraídos pela economia americana, agora, em função das turbulências, incertezas e medidas adotadas recentemente pelo governo Trump, não estão sendo totalmente direcionados aos Estados Unidos, mas sim aos países emergentes. Este aumento de volume de dólares no mercado explica a depreciação da moeda: maior disponibilidade reduz sua cotação. É crucial notar que este movimento não é estrutural, mas sim uma onda de injeção de capital. Não sabendo sua duração, a estratégia é 'surfear' essa onda, o que exige a reestruturação da carteira para posições de maior risco, que podem se beneficiar da depreciação do dólar. Retomando a taxa Selic para finalizar: sua perspectiva de queda também não é vista como estrutural. Isso porque persiste o desajuste fiscal nas contas públicas e o próximo ano é eleitoral, período em que, tipicamente, o governo aumenta os gastos (expansão fiscal), gerando pressão inflacionária. Embora o aperto monetário do Banco Central tenha surtido efeito, com a inflação convergindo lentamente para a meta, e já se observe uma clara inclinação em direção ao centro da meta, ainda estamos distantes do objetivo final. Tudo isso justifica o novo movimento do Banco Central, que é o encerramento do aperto monetário, com a consequente flexibilização da política e cortes de juros. Embora não sejam razões estruturais, esses fatores podem, neste momento, beneficiar ativos de risco e posições táticas de investidores institucionais, como fundos de previdência e regimes próprios. É neste movimento que mantemos o foco. Apesar de as razões parecerem antagônicas, há uma convergência de seus efeitos. De fato, enquanto a queda da taxa de juros ocorre devido à compressão do PIB e ao controle da inflação, a depreciação do dólar é tipicamente inflacionária para a economia doméstica. Entretanto, não estamos observando seus efeitos inflacionários em razão da conjuntura internacional, notadamente pelo aumento de tarifas nos Estados Unidos, que eleva os preços no exterior. Assim, esses fatores estão se compensando, o que cria uma janela para que o Banco Central possa iniciar a flexibilização da política monetária. Portanto, embora sejam movimentos antagônicos em essência, a confluência desses aspectos internacionais e domésticos nos leva, neste momento, à convergência para um cenário macroeconômico mais favorável. **O Conselheiro Jurandil manifestou** satisfação nas respostas estimulando a fazer mais uma pergunta. Em momentos de incerteza, é fundamental que tenhamos a capacidade de identificar e especular a favor de oportunidades estratégicas. Há uma experiência positiva em curso, que presumo ser considerada por diversos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), e da qual tenho conhecimento: a prática em Mato Grosso. Trata-se da concessão de crédito consignado diretamente pela instituição aos



seus segurados. Embora não se busque taxas abusivas (como as de agiotagem), a remuneração seria razoável e garantiria um retorno acima das projeções atuais, visando pelo menos a taxa de inflação acrescida de um ganho real. Diante disso, perguntou: existe alguma cogitação ou análise para que a AMPREV realize a aplicação direta de seus recursos em crédito consignado?". **O Coordenador Jocildo Lemos informou** que havia essa propositura em 2023, contudo, a modalidade ainda não constava na Política de Investimento, passando a prevê a partir dos exercícios de 2024 e 2025, com o percentual fixado em 5% do Patrimônio Líquido da instituição, porém tínhamos que primeiro contratar uma consultoria, que particularmente não é muito adepto de consultoria, mas com a transição para autarquia permitirá a criação de uma unidade interna capaz de centralizar a operação, superando a dependência de terceiros. A projeção, defendida pela gestão, é manter o mesmo percentual, 5% do PL, na política de investimento para o ano de 2026, visando a implementação efetiva da modalidade. A retenção em folha resulta na minimização de perdas. Desta forma, o Comitê defende a implementação da modalidade em 2026. Embora a gestão tenha tentado iniciar o processo em 2025, o procedimento encontra-se totalmente desenhado e a modalidade já está aprovada na política de investimentos. A alocação de 3% a 5% do PL para o consignado garantirá o atendimento ao servidor e um retorno seguro para a AMPREV. Foi especificado que o consignado previdenciário não permitirá portabilidade, apenas renovação. Respondendo de forma objetiva, a AMPREV está ativamente perseguindo a implementação desta modalidade de investimento. **O Conselheiro Narson levantou** um ponto sobre o cenário de incerteza já destacado pelo Conselheiro Gláucio, formulando a seguinte dúvida: A nova legislação tributária, com previsão de entrada em vigor no próximo ano, pode impactar ou trazer algum problema para os investimentos da instituição. **O Conselheiro Gláucio respondeu** que uma Medida Provisória (MP) está em votação no Congresso, salvo engano, com prazo de vigência até o dia oito, mas esta atinge essencialmente investimentos realizados por pessoas físicas e empresas privadas sujeitas à tributação. Esclareceu que, por ser um órgão público, a AMPREV é imune; portanto, a nova legislação não terá impacto direto nas posições da instituição. Pode ocorrer algum impacto em termo de fluxo, causado pela MP, mas essa situação tende a se ajustar com o tempo. Concluiu que não há previsão de qualquer impacto significativo em termos de preço ou rentabilidade dos ativos. **O Conselheiro Marcos apresentou dois questionamentos**, uma dúvida em relação aos recursos. A legislação do RPPS não se aplica aos militares, pois estes possuem lei própria. Considerando que os recursos aportados nos investimentos previstos na Política Anual de Investimentos do RPPS são oriundos das contribuições dos servidores vinculados ao regime próprio, e que a mesma unidade faz a gestão tanto do RPPS quanto do sistema próprio dos militares, questionou: essa política de investimentos é específica para os recursos dos servidores vinculados ao RPPS? Em caso negativo, caso sejam aplicados conjuntamente os recursos dos dois regimes, como ocorre a distribuição ou o rateio de lucros e prejuízos entre os respectivos fundos previdenciários? A próxima pergunta está relacionada ao gerenciamento de riscos. A Política Anual de Investimentos do RPPS aborda o tema e estabelece a renda variável como um dos segmentos de alocação de recursos, com uma estratégia-alvo de 5% e critérios específicos de rentabilidade para os ativos elegíveis. O documento detalha o gerenciamento de risco de mercado e, na avaliação dos investimentos, menciona a observância das oscilações e da volatilidade mensal, além da possibilidade de adoção de estratégias de proteção dos recursos, como a realocação para outros produtos ou segmentos. Diante disso, surge a seguinte questão: de que forma a estrutura de gerenciamento de riscos da AMPREV e os critérios de avaliação de desempenho para o segmento de renda variável, especialmente no que se refere à volatilidade e à realocação, se comparam ou se articulam com a utilização de ferramentas táticas de controle de preço, como as ordens de *stop loss* (limite de perda) e *stop gain* (limite de lucro), utilizadas para assegurar resultados e proteger o patrimônio do Regime Próprio de Previdência Social? Essa dúvida surge porque, normalmente, em investimentos de renda variável, o investidor adota mecanismos como ordens de venda ou de compra para conter perdas ou realizar ganhos dentro de metas preestabelecidas. Assim, gostaria de saber se, no âmbito do CIAP, há a adoção de controles semelhantes ou



algun mecanismo equivalente de gerenciamento de risco. **O Coordenador Jocildo Lemos respondeu** quanto aos recursos referentes ao serviço de proteção social dos militares e aos recursos dos servidores civis, esclareço que os valores são aplicados de forma conjunta, porém com a devida identificação dos respectivos montantes. Não há verificação de prejuízo nem necessidade de rateio, como foi mencionado, pois os recursos são segregados e controlados adequadamente. O procedimento ocorre da seguinte forma: inicialmente, os recursos são recebidos na conta fluxo do Banco do Brasil, permanecendo aplicados em DI até a definição da modalidade de investimento mais adequada. A partir dessa definição, realiza-se a aplicação. Ressalto ainda que parte desses recursos é destinada ao pagamento das folhas dos beneficiário civil e militar, as quais possuem rubricas separadas, garantindo o controle individualizado de cada grupo. **O Conselheiro Helielson pediu a oportunidade e falou** ainda nesse tema, tendo em vista a menção a identificação dos valores referentes ao Serviço de Proteção Social dos Militares e ao RPPS. Solicitou saber se já foi realizada a contabilização total, com a devida separação das contas e dos fundos correspondentes, incluindo os valores anteriores à criação do Sistema de Proteção Social. **O Coordenador Jocildo Lemos respondeu** que nesse caso, iria solicitar um breve prazo para encaminhar à Tesouraria da AMPREV o pedido da informação correta. Assim que obtiver os dados, apresentaria o relatório ao COFISPREV em momento oportuno, conforme mencionado. **O Conselheiro Helielson destacou** que esse pedido é apenas uma questão de esclarecimento, pois não tinha conhecimento dessa situação. **O Coordenador Jocildo Lemos frisou que** quando assumiu a presidência da AMPREV, fez essa mesma pergunta sobre como se dá a separação desses recursos. Ocorre que o Governo do Estado realiza os repasses em lote, sendo solicitado que seja feita a identificação individualizada desses valores. Por esse motivo, necessitava de um tempo para verificar essa questão junto à Tesouraria. Atualmente, quando o Governo efetua a transferência, não vem detalhada, apenas há a separação do recurso referente ao FUNDEB. Os demais valores são repassados em uma conta única, e realizada a identificação por meio da codificação de cada recurso. Portanto, precisava desse prazo para confirmar as informações com a Tesouraria e verificar se elas correspondem ao que estava relatando neste momento. Reiterou o compromisso de buscar essas informações e repassá-las ao COFISPREV assim que estiverem disponíveis. Em seguida repassou a palavra ao conselheiro Narson Galeno para suas considerações finais e, em seguida, fez o encerramento da reunião. **O Conselheiro Narson agradeceu** a presença e a participação de todos. Ressaltou a importância deste momento para o fortalecimento do trabalho, especialmente para aqueles que estão iniciando suas atividades no Conselho Fiscal. Essa reunião foi fundamental para compreender melhor o funcionamento do sistema da política de investimentos e os procedimentos adotados atualmente. **O Coordenador Jocildo Lemos agradeceu** a presença e a participação de todos, em especial aos representantes do COFISPREV. Espera que tenham conseguido esclarecer as dúvidas apresentadas e reafirmou que permanecia à disposição do COFISPREV, órgão responsável pela análise de todos os nossos processos no âmbito econômico-financeiro. Reiterou o pedido que já havia feito anteriormente ao ex-presidente e conselheiro Elionai, para que possam manter uma relação de parceria e cooperação, buscando sempre o diálogo e o apoio mútuo. Que o Conselho possa orientar sempre que necessário, indicando os ajustes ou aprimoramentos que devem ser adotados. Sabem que equívocos podem ocorrer, não por vontade ou deliberação, mas porque somos humanos, e justamente por isso é importante fortalecer essa parceria institucional. O objetivo é, continuamente, buscar as melhores soluções e garantir a salvaguarda dos recursos previdenciários. Reiterou seus agradecimentos a todos pela presença e participação. **ITEM 03 – Comunicação dos Conselheiros.** Não houve assunto tratado. **ITEM 04 – O que ocorrer.** Não houve assunto tratado. E nada mais havendo a tratar, o senhor **o Coordenador Jocildo Lemos** encerrou a reunião às dezesseis horas e vinte minutos, agradecendo a presença de todos. A ata foi redigida por mim, Josilene de Souza Rodrigues, Secretária, e será assinada pelos Conselheiros e Conselheira presentes. Macapá - AP, 30 de setembro de 2025.



337 Narson de Sá Galeno
338 **Conselheiro Titular/Presidente do COFISPREV**
339
340 Adrilene Ribeiro Benjamin Pinheiro
341 **Conselheira Titular/Vice-Presidente do COFISPREV**
342
343 Elionai Dias da Paixão
344 **Conselheiro Titular**
345
346 Jorge Emanuel Amanajás Cardoso
347 **Conselheiro Titular**
348
349 Alberto Samuel Alcolumbre Tobelem
350 **Conselheiro Titular**
351
352 Jurandil dos Santos Juarez
353 **Conselheiro Titular**
354
355 Marcos Garbe
356 **Conselheiro Titular**
357
358 Helielson do Amaral Machado
359 **Conselheiro Titular**
360
361 Josilene de Souza Rodrigues
362 **Secretária**

